

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**  
**Direcção-Geral da Contabilidade Pública**

**Decreto n.º 44 365**

Com fundamento nas disposições do artigo 35.º e sua alínea *a*) do Decreto n.º 18 381, de 24 de Maio de 1930, em execução do Decreto-Lei n.º 44 285, de 19 de Abril de 1962, depois de ouvido o Ministro das Finanças, nos termos do n.º 1.º do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 22 470, de 11 de Abril de 1933;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Justiça, um crédito especial da quantia de 881 846\$ destinado a prover à realização de despesas não previstas no Orçamento Geral do Estado em vigor:

Capítulo 4.º «Direcção-Geral dos Serviços Prisionais»:

**Quadros únicos**

Artigo 160.º «Remunerações certas ao pessoal em exercício»:

N.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei»:  
 (Durante 7 meses):

Categorias	Abonos individuais		Total por classes
	Vencimento	Gratificações	
1 director clínico . . . . .	—\$—	3 500\$00	3 500\$00
1 médico (Colónia Penal do Bié) . . . . .	70 000\$00	—\$—	70 000\$00
7 médicos ( <i>d</i> ) . . . . .	31 500\$00	—\$—	220 500\$00
2 médicos ( <i>e</i> ) . . . . .	21 000\$00	—\$—	42 000\$00
14 médicos . . . . .	—\$—	12 600\$00	176 400\$00
4 médicos . . . . .	—\$—	7 000\$00	28 000\$00
			540 400\$00

(*d*) No caso de as funções serem remuneradas por gratificação, esta será de 2500\$ mensais e a importância correspondente sairá do vencimento orçamentado.

(*e*) No caso de as funções serem remuneradas por gratificação, esta será de 2100\$ mensais e a importância correspondente sairá do vencimento orçamentado.

**Prisão-Hospital de S. João de Deus**

Artigo 287.º «Remunerações certas ao pessoal em exercício»:

N.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei»:  
 (Durante 7 meses):

Categorias	Abonos individuais		Total por classes
	Vencimento	Gratificações	
2 farmacêuticos ( <i>c</i> ) . . . . .	21 000\$00	—\$—	42 000\$00
1 ajudante técnico de radiologista . . . . .	14 000\$00	—\$—	14 000\$00
1 ajudante técnico de farmácia ( <i>d</i> ) . . . . .	14 000\$00	—\$—	14 000\$00
1 preparador-analista . . . . .	14 000\$00	—\$—	14 000\$00
1 enfermeiro-chefe . . . . .	—\$—	2 800\$00	2 800\$00
3 enfermeiros-subchefes . . . . .	12 250\$00	—\$—	36 750\$00
3 enfermeiros de 1.ª classe . . . . .	10 500\$00	—\$—	31 500\$00
6 enfermeiros de 2.ª classe ( <i>e</i> ) . . . . .	9 800\$00	—\$—	58 800\$00
1 segundo-oficial . . . . .	20 300\$00	—\$—	20 300\$00
1 terceiro-oficial . . . . .	15 400\$00	—\$—	15 400\$00
1 aspirante . . . . .	12 250\$00	—\$—	12 250\$00
1 escriturário de 2.ª classe . . . . .	10 500\$00	—\$—	10 500\$00
1 ecónomo e fiscal de oficinas de 1.ª classe . . . . .	18 200\$00	—\$—	18 200\$00
1 motorista . . . . .	10 500\$00	—\$—	10 500\$00
			301 000\$00

(*c*) Um dos lugares será extinto quando vagar.

(*d*) Só será provido quando for extinto um dos lugares de farmacêutico ou o lugar de farmacêutico da Cadeia Penitenciária de Coimbra.

(*e*) Um dos lugares só será preenchido quando for extinto um dos lugares de auxiliar de enfermagem.

N.º 2) «Pessoal assalariado»:  
 (Durante 7 meses):

Categorias	Salário individual	Total por classes
1 auxiliar de fiel . . . . .	8 132\$00	8 132\$00
1 cozinheiro . . . . .	8 132\$00	8 132\$00
1 serventuário . . . . .	9 416\$00	9 416\$00
1 serventuário . . . . .	8 132\$00	8 132\$00
1 serventuário auxiliar . . . . .	6 634\$00	6 634\$00
		40 446\$00

881 846\$00

Art. 2.º Como compensação dos créditos designados no artigo anterior, são anuladas as seguintes importâncias no orçamento do Ministério da Justiça para o corrente ano económico:

Capítulo 4.º, artigo 150.º, n.º 1)	15 000\$00
Capítulo 4.º, artigo 159.º, n.º 2)	200 000\$00
Capítulo 4.º, artigo 160.º, n.º 1)	36 340\$00
Capítulo 4.º, artigo 177.º, n.º 1)	88 000\$00
Capítulo 4.º, artigo 178.º, n.º 1)	25 200\$00
Capítulo 4.º, artigo 187.º, n.º 1)	12 600\$00
Capítulo 4.º, artigo 195.º, n.º 1)	12 600\$00
Capítulo 4.º, artigo 201.º, n.º 1)	31 500\$00
Capítulo 4.º, artigo 210.º, n.º 1)	31 500\$00
Capítulo 4.º, artigo 218.º, n.º 1)	12 600\$00
Capítulo 4.º, artigo 226.º, n.º 1)	31 500\$00
Capítulo 4.º, artigo 234.º, n.º 1)	12 600\$00
Capítulo 4.º, artigo 243.º, n.º 1)	31 500\$00
Capítulo 4.º, artigo 253.º, n.º 1)	21 600\$00
Capítulo 4.º, artigo 261.º, n.º 1)	31 500\$00
Capítulo 4.º, artigo 270.º, n.º 1)	12 600\$00
Capítulo 4.º, artigo 279.º, n.º 1)	122 150\$00
Capítulo 4.º, artigo 287.º, n.º 1)	6 206\$00
Capítulo 4.º, artigo 287.º, n.º 2)	30 350\$00
Capítulo 4.º, artigo 305.º, n.º 1)	85 000\$00
Capítulo 4.º, artigo 315.º, n.º 1)	
	881 846\$00

Art. 3.º É autorizada a aposição da observação (c) à rubrica «4 auxiliares de enfermagem» descrita no quadro afecto ao capítulo 4.º, artigo 277.º, n.º 1), do orçamento do Ministério da Justiça.

Estas correcções orçamentais foram registadas na Direcção-Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do Decreto n.º 18 381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 26 de Maio de 1962. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — João de Matos Antunes Varela — António Manuel Pinto Barbosa.

## MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

### 5.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 25 299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Ministro do Exército, por seu despacho de 27 de Abril findo, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, a seguinte transferência:

#### CAPÍTULO 3.º

#### Serviços de instrução

#### Instituto de Odivelas

#### Despesas com o pessoal:

Artigo 164.º «Remunerações certas ao pessoal em exercício»:

Do n.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei» . . . . . — 66 980\$00

Para o n.º 3) «Pessoal assalariado»:

Alínea b) «Pessoal eventual» . . . . . + 66 980\$00

Conforme o preceituado no artigo 16.º do Decreto n.º 44 115, de 23 de Dezembro de 1961, esta alteração orçamental mereceu, por despacho de 11 do mês em curso, a confirmação de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado do Orçamento.

5.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 17 de Maio de 1962. — O Chefe da Repartição, José de Oliveira Carvalho.

## MINISTÉRIO DA MARINHA

### Repartição do Gabinete

#### Decreto-Lei n.º 44 366

Tendo a Companhia Nacional de Navegação sido autorizada a encomendar a estaleiro estrangeiro um navio de carga de 11 900/13 900 t *deadweight* e tendo sido reconhecida a conveniência em ficar acordado que a construção do casco do navio seja efectuada no Arsenal do Alfeite, torna-se necessário autorizar o Arsenal a celebrar o respectivo contrato com o referido estaleiro.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o Arsenal do Alfeite a celebrar contrato com os estaleiros holandeses *Nederlandsche Dok en Scheepsbouw Maatschappij (V. O. f.)*, de Amsterdão, para a construção do casco de um navio de carga de 11 900/13 900 t *deadweight*.

Art. 2.º No contrato a celebrar serão definidos, nos termos que forem aprovados pelo Conselho de Ministros, os trabalhos a efectuar pelo Arsenal do Alfeite, respectivo preço e demais condições especiais que for necessário estabelecer.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 26 de Maio de 1962. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira — Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior — João de Matos Antunes Varela —